



CENTRO UNIVERSITÁRIO
SÃOCAMILO

CENTRO UNIVERSITÁRIO SÃO CAMILO - ES
COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO

PROJETO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Cachoeiro de Itapemirim

2020

CENTRO UNIVERSITÁRIO SÃO CAMILO - ES
COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO
PROJETO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL 2020

1 INTRODUÇÃO

Conforme definido pelo SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, a avaliação das instituições de ensino superior tem caráter formativo e visa o aperfeiçoamento dos agentes da comunidade acadêmica e da instituição como um todo. Avaliar é mais do que testar e/ou medir, mas envolve o desenvolvimento de uma compreensão sobre algo ou alguém, a partir de uma determinada escala de valores, compreensão essa que possibilite uma reflexão sobre a avaliação realizada e a tomada de decisões.

Conforme Pereira et al (2011, p. 446)¹: “na avaliação formativa, o diagnóstico corresponde ao julgamento de aspectos e experiências mediante a comparação entre os resultados dos levantamentos feitos.” Ainda, Pacheco (2011) ressalta que a avaliação formativa é aquela que tem como meta o diagnóstico de situações específicas e a geração de estratégias de apoio ou transformação dessas situações quando pertinente.²

Dentro dessa perspectiva, espera-se que a instituição construa, aos poucos, uma cultura de avaliação que possibilite “uma permanente atitude de tomada de consciência sobre sua missão e finalidades acadêmica e social” (SINAES – Orientações Gerais para o Roteiro de Autoavaliação das Instituições).

Nesse Sentido, esse mesmo documento define como objetivos da avaliação interna ou autoavaliação:

- Produzir conhecimentos;
- Pôr em questão os sentidos do conjunto de atividades e finalidades cumpridas pela instituição;
- Identificar as causas dos seus problemas e deficiências;
- Aumentar a consciência pedagógica e capacidade profissional do corpo docente e técnico-administrativo
- Fortalecer a cooperação entre os diversos atores institucionais;

¹PEREIRA, M. A. S e col. **Avaliação**, Campinas; SP, v. 16, n. 2, p. 445-462, jul. 2011.

² PACHECO, J. A. Currículo, aprendizagem e avaliação: uma abordagem face à agenda globalizada. **Revista Lusófona de Educação**. 17, 75-90

- Tornar mais efetiva a vinculação da instituição com a comunidade;
- Julgar acerca da relevância social e científica de seus produtos; e
- Prestar contas à sociedade. (SINAES – Orientações Gerais para o Roteiro de Autoavaliação das Instituições).

É importante reiterar que qualquer avaliação deve ter por base uma escala de valores que lhe ofereça parâmetros de subsídio para análise. No caso da Autoavaliação Institucional, as pesquisas são desenvolvidas tendo como base os 5 eixos que contemplam as 10 dimensões dispostas no art. 3º, da Lei 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o SINAES, conforme descritos abaixo:

Eixo 1 – Planejamento e Avaliação Institucional: considera a dimensão 8 (Planejamento e Avaliação) do SINAES.

Eixo 2 – Desenvolvimento Institucional: contempla as dimensões 1 (Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional) e 3 (Responsabilidade Social da Instituição) do SINAES.

Eixo 3 – Políticas Acadêmicas: abrange as dimensões 2 (Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão), 4 (Comunicação com a Sociedade) e 9 (Políticas de Atendimento aos Discentes) do SINAES.

Eixo 4 – Políticas de Gestão: compreende as dimensões 5 (Políticas de Pessoal), 6 (Organização e Gestão da Instituição) e 10 (Sustentabilidade Financeira) do SINAES.

Eixo 5 – Infraestrutura Física: corresponde à dimensão 7 (Infraestrutura Física) do SINAES. (BRASIL, 2004)

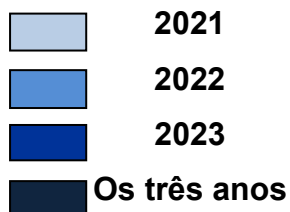
Ainda, dentro dos princípios definidos para o processo de Autoavaliação Institucional, deve-se considerar a busca da participação efetiva de todas as parcelas da comunidade acadêmica com garantia de liberdade de expressão e não coerção, o apoio dos gestores institucionais, a construção de instrumentos que permitam a coleta de informações válidas e confiáveis e o uso efetivo dos resultados.

É na busca do atendimento pleno a esses objetivos e princípios que se propõe o presente Projeto de Autoavaliação Institucional para o Centro Universitário São Camilo – ES.

2 PROCEDIMENTOS PARA A AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Os procedimentos de autoavaliação institucional do Centro Universitário São Camilo – ES devem envolver a comunidade acadêmica, administrativa e comunidade

externa, sendo desenvolvidos a partir de instrumentos próprios, seguindo o cronograma trienal descrito a seguir:



EIXO 1: Planejamento e Avaliação (2021)											
Ações/Período	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
1.1. Avaliação do Processo de Avaliação Institucional da IES pelos alunos.											
1.2. Avaliação do Processo de Avaliação Institucional da IES pelos professores e preceptores.											
1.3. Avaliação do Processo de Avaliação Institucional da IES pelo corpo técnico-administrativo.											
1.4. Percepção dos docentes e discentes quanto à utilização dos resultados da avaliação.											
EIXO 2: Desenvolvimento Institucional (2021)											
Ações/Período	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
2.1. Avaliação da Missão e da Visão da IES pelos professores e preceptores.											
2.2. Avaliação do PDI, dos Objetivos e dos Valores da IES pelos professores,											

[illegible]

[illegible]

5.4. Avaliação dos Laboratórios Didáticos.											
5.5. Avaliação do Setor de Zeladoria (manutenção do campus).											

3 SENSIBILIZAÇÃO PARA ADESÃO AO PROCESSO

O Centro Universitário São Camilo – ES acredita que a cultura da avaliação se constrói a partir da ressignificação, junto à comunidade acadêmica, do papel da CPA e da efetividade dos processos avaliativos e, portanto, está diretamente (embora não se resuma a) ligada à divulgação dos resultados e das ações decorrentes destes. Desta forma, é essencial uma efetiva parceria dos gestores acadêmicos e administrativos, uma vez que são esses os elementos de conexão com os discentes, docentes e corpo técnico-administrativo.

Ainda no aspecto da divulgação indica-se trabalho conjunto com a equipe de marketing, na busca da elaboração de peças de divulgação que realmente sejam motivadoras. Para tanto, o domínio da linguagem do marketing pode agregar muito ao trabalho da CPA.

Reforçando o aspecto da necessidade de ressignificação do papel da CPA junto à comunidade acadêmica, avalia-se como fundamental a geração de estratégias de aproximação. Acredita-se firmemente que a ação da CPA não pode se resumir à aplicação anual de pesquisas, via web, mas que deve se constituir em um processo constante de escuta da comunidade acadêmico-administrativa.

Diante do exposto, a equipe da CPA trabalha com a previsão de uma etapa de sensibilização de todos os segmentos da comunidade acadêmica para a relevância da participação e preenchimento correto do Instrumento de Coleta aplicado.

No período que antecede à aplicação de pesquisa (conforme previsto em calendário próprio), a CPA solicita ao Setor de Comunicação e Marketing da IES a produção de peça publicitária incentivadora da participação da parcela da comunidade acadêmica que se pretende atingir. Após a aprovação da Reitoria, a peça é publicada no site e Instagram institucional e de cursos, bem como fixada nos murais dos

corredores e salas de aula da IES. Tratando-se de pesquisa cujos avaliadores são os colaboradores da IES, as peças publicitárias são encaminhadas aos mesmos, via e-mail institucional e também fixadas nos murais e site da IES.

Quando a participação demanda de avaliação de membros da comunidade externa, a CPA prepara Instrumento de Coleta impresso para que os responsáveis pelo Curso, evento, ou outra atividade aplicada ao público externo, possam aplicar o instrumento após a finalização do trabalho. Nesse contexto, a sensibilização ocorre conjunto a peça publicitária do evento e no decorrer do mesmo, por meio do agente responsável.

Entretanto, sabe-se que o engajamento, diante as pesquisas internas e externas, deve ser fomentado para que a participação alcance números satisfatórios que possibilitem pensar e repensar as atividades de gestão da IES. Nesse sentido a IES prevê, dentre outras que atendam o caso em sí, as seguintes estratégias para fomentar o engajamento crescente:

- * Aumento de peças de sensibilização ao longo do ano;
- * Visita da CPA nas salas de aula e departamentos;
- * Apresentação dos membros e trabalhos da CPA aos alunos calouros;
- * Em momentos de aulas presenciais, preponderar a respeito de avaliações físicas ou virtuais e, sendo mais produtivo, aplicar a opção escolhida em horário de aula dos alunos.
- * Em eventos, solicitar ao comunicador que ratifique a importância do preenchimento virtual ou físico do instrumento de coleta da CPA

4 DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS DAS AVALIAÇÕES

Okada e Almeida (s/d)³ buscam responder à pergunta: porque avaliar? Segundo os autores “em primeiro lugar porque avaliar é um ato ético. Se a questão ética fundamental é a pergunta sobre o bem, avaliar-me é responder se estou fazendo bem o que me propus. O bem fazer e o fazer bem andam juntos.” Então, pode-se

³ OKADA, A.L.P. e ALMEIDA, J. A. **Avaliar é bom, avaliar faz bem – os diferentes olhares envolvidos no ato de aprender.** Disponível em: <<http://people.kmi.open.ac.uk/ale/chapters/c06loyola2006.pdf>>. Acesso em: 22 set. 2020.

afirmar que avaliamos para, primeiramente, ver se estamos fazendo bem aquilo a que nos propomos e, segundo, para corrigir aquilo que esteja nos afastando dessa meta.

À CPA compete, na relação com os diversos gestores, colher essas informações e oportunizar sua divulgação junto aos interessados, ou seja, junto à comunidade acadêmica e externa quando pertinente.

Desta forma é importante trabalhar junto ao corpo diretivo da IES e os diversos gestores a compreensão da finalidade da avaliação institucional, que não se volta apenas à atenção a uma exigência legal, mas a um processo que pode ser altamente eficaz no sentido da compreensão do nosso trabalho e das ações necessárias para torná-lo mais eficiente.

Portanto, não basta divulgar o resultado da avaliação. É preciso, como ato seguinte, valorizar o que está sendo bem avaliado e divulgar as propostas e ações, quando cabíveis, que podem levar à melhoria daquilo que é visto como insatisfatório, pois o processo de avaliação só tem sentido se seus resultados se concretizam em ações e se aqueles que avaliam conseguirem perceber essas ações como fruto de seu olhar sobre o que foi avaliado.

Nesse sentido, pode-se dizer que a apropriação dos resultados das avaliações é parte integrante e essencial dos processos de avaliação. Além da divulgação por meio de cartazes afixados em salas de aula, murais e áreas de convivência, deve-se realizar envio de e-mail aos setores envolvidos e disponibilizar os resultados, também, no site institucional.

Todavia, mais do que comunicar os resultados à comunidade acadêmica interna e externa é determinar a apropriação do resultado em si e criar mecanismos de reflexão e futuras propostas e ações de melhoria. Para tanto, a CPA quando identifica necessidade de melhoria em algum setor ou serviço, além dos resultados da avaliação, ela também encaminha a solicitação de Plano de Ação a ser confeccionado pelo responsável pelo Setor no intuito de que, com planejamento, a fragilidade percebida seja ultrapassada.

5 RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A Nota Técnica INEP/DAES/CONAES nº. 065, publicada em 09 de outubro de 2014, determina que o Relatório de Autoavaliação Institucional a ser postado

anualmente no e-MEC deve ser organizado a partir dos 5 eixos e deve ser apresentado em duas versões parciais e uma versão integral, fechando o ciclo trienal. A partir dessa nova orientação o Relatório de AAI deve ser construído de uma forma mais analítica e menos descritiva.

Assim, a colaboração de todos os gestores é solicitada a partir do seguinte fluxo:

- Envio aos gestores, pela CPA, de material referente às avaliações do setor/curso sobre sua responsabilidade nos anos anteriores;
- Envio pelos gestores à CPA das análises pertinentes, considerando ações implementadas e a implementar, resultados obtidos, potencialidades e fragilidades.
- Elaboração do Relatório pela equipe da CPA, aprovação pelo Colegiado, envio à Reitoria para aprovação final e postagem no sistema e-MEC.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei 10.861, de 14 de abril de 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Nota Técnica INEP/DAES/CONAES nº. 065, de 09 de outubro de 2014.

OKADA, A.L.P. e ALMEIDA, J. A. **Avaliar é bom, avaliar faz bem – os diferentes olhares envolvidos no ato de aprender.** Disponível em: <<http://people.kmi.open.ac.uk/ale/chapters/c06loyola2006.pdf>>. Acesso em: 22 set. 2020.

PACHECO, J. A. Currículo, aprendizagem e avaliação: uma abordagem face à agenda globalizada. **Revista Lusófona de Educação.** 17, 75-90

PEREIRA, M. A. S e col. **Avaliação**, Campinas; SP, v. 16, n. 2, p. 445-462, jul. 2011.